



**93.<sup>a</sup> CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO,  
GENEBRA, 13 JUNHO 2005**

**ANTÓNIO CUNHA ABRANTES** – DELEGADO DOS EMPREGADORES DE  
PORTUGAL

*(CTP - Confederação do Turismo Português)*

Senhor Presidente

Senhores Delegados dos Governos, Empregadores e Trabalhadores

Gostaria, em primeiro lugar, de expressar em nome dos empregadores de Portugal, as nossas felicitações ao Presidente desta Conferência pela sua eleição.

De igual modo desejamos felicitar o Director-Geral da OIT pelos excelentes Relatórios produzidos e apresentados a esta 93.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho.

As sociedades contemporâneas vivem momentos difíceis: com ansiedade, enormes expectativas, descrença nas instituições e incerteza no futuro; a par do desemprego, de patamares graves de pobreza, de disparidades económicas, de níveis de rendimento acentuados e de constrangimentos ao próprio desenvolvimento empresarial.



Os riscos decorrentes desta situação são elevados, podendo pôr em perigo a segurança, a estabilidade, o desenvolvimento e, porventura, as bases da própria democracia.

Concordamos que a irradicação do trabalho forçado e a consagração do trabalho digno são pilares importantes na forte atenuação destas ameaças. Todavia a maior base reside na dignificação de todo o trabalho, conjuntamente com o desenvolvimento económico e social.

Num Mundo que reclama cada vez mais ética e princípios, é intolerável a manutenção de formas directas ou subreptícias de escravidão ou de exploração humana, como indefensável e deplorável é a manutenção destas como base de sustentação e afirmação concorrencial e empresarial.

As políticas macro e micro-económicas e sociais, bem assim como outras de índole pública, tanto nacionais quanto internacionais, devem convergir de forma a transformar o trabalho digno num objectivo de todas as sociedades e de todos os países.

Os empregadores portugueses estão conscientes da existência de problemas pelo que entendem ser necessária a convergência de políticas que conciliem e integrem as perspectivas económicas e as necessidades sociais, através do diálogo social e do exercício responsável, empenhado e eficaz do tripartismo. O empresário é um cidadão comprometido no desenvolvimento da sociedade, consciente dos seus papéis e convicto que o desempenho económico é factor relevante no desenvolvimento do bem-estar humano e social. A empresa é um dos espaços de realização destas dimensões. As actividades económicas, os agentes e as organizações representadas pelas Confederações Patronais



são, hoje, como o serão no futuro, factores essenciais à coesão territorial, económica, social e cultural de uma sociedade e de um País.

Desde há duas décadas que estamos empenhados, num franco e aberto diálogo social.

Bem recentemente, as Confederações representativas dos empregadores e trabalhadores de Portugal firmaram um Acordo visando a dinamização da contratação colectiva, no qual se comprometem à prossecução de acordos, à evolução dos conteúdos contratuais, com vista a uma maior qualificação dos trabalhadores, à produtividade e à melhoria das condições de trabalho. Entenderam, igualmente, ser desejável a inclusão nas convenções colectivas de normas específicas sobre a resolução de conflitos colectivos, através da conciliação, mediação e da arbitragem voluntária.

Neste momento em que vos falo, estamos a iniciar, numa base tripartida, um processo de identificação e hierarquia das matérias tidas como necessárias à promoção do desenvolvimento do nosso País. De entre elas destaco a criação de mais e melhor emprego - nomeadamente para os jovens -, a educação e formação profissional - na base da cultura de aprendizagem ao longo da vida -, a segurança e saúde no trabalho, a competitividade empresarial e a produtividade.

Fazemo-lo com o sentido e a convicção de que os compromissos obtidos no diálogo social, favorecem o sucesso das reformas necessárias para enfrentar os desafios da competitividade, da promoção do emprego e da equidade social que as novas exigências demográficas, sociais e económicas colocam. Igualmente com a convicção que a primeira e melhor forma de resolvermos os problemas presentes no mundo do trabalho ocorrem por via de um



contexto favorável ao desenvolvimento empresarial, de empresas competitivas, de níveis superiores da produtividade dos factores e da adaptabilidade e qualificação dos recursos humanos ao mercado de trabalho. Nesta base será possível uma maior, mais justa e sustentável distribuição da riqueza criada e um maior nível de empregabilidade.

No decurso do último quartel, o Mundo mudou muito e de forma veloz, registando alterações políticas, concorrenciais e sociais significativas. Alteraram-se os fundamentos teóricos e as estruturas que suportavam determinado equilíbrio geoestratégico e político. A envolvente laboral e empresarial necessariamente também mudou, nas suas formas e natureza, e na dimensão dos seus desafios.

Neste contexto ganha maior acuidade a questão de se saber como poderemos reforçar a OIT enquanto instrumento de apoio ao desenvolvimento do mundo empresarial e alavanca para a dignificação e valorização do trabalho.

Por último, relativamente à reforma orgânica e funcional das reuniões da Conferência, cremos ser justificada a defesa para que estas passem a ser mais específicas e se realizem num prazo mais adequado, trazendo maior eficácia e eficiência à OIT e melhor rentabilização do tempo.

Tal não poderá, no entanto, traduzir-se no enfraquecimento do papel da OIT já que continuamos a considerar que esta desempenha uma função importante na consagração do tripartismo e do diálogo social; no apoio técnico à criação de um quadro favorável, justo e digno ao desenvolvimento de mercados de trabalho orientados à criação e ao crescimento do emprego; e à aplicação adequada, no terreno, das normas laborais.



Os empregadores portugueses concluem, assim, expressando a sua disponibilidade e total interesse na prestação de contributo que permita informar as opções estratégicas que as actuais condições reclamam.

Muito obrigado pela vossa atenção.